

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pela servidora Caroline Figueiredo Belo, em 23 de janeiro de 2019, para disponibilizar o trabalho, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra.

#### REFERÊNCIA

BELO, Caroline Figueiredo; CASIMIRO, Arilthon Romulo Cavalcante. Extensão universitária: diálogo entre comunidade e universidade para a formulação de políticas públicas efetivas. In: Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 12., 2018, São Cristóvão, SE. **Anais eletrônicos** [...]. São Cristóvão, SE: Grupo de Pesquisa CNPq/UFS Educação e Contemporaneidade (EDUCON) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), set. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.06.09>.

Disponível em:

[http://anais.educonse.com.br/2018/extensao\\_universitaria\\_dialogo\\_entre\\_comunidade\\_e\\_universidade\\_pa.pdf](http://anais.educonse.com.br/2018/extensao_universitaria_dialogo_entre_comunidade_e_universidade_pa.pdf). Acesso em: 24 jan. 2019.



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **12/07/2018**

Aprovado em: **17/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.06.09>

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIALÓGO ENTRE COMUNIDADE E UNIVERSIDADE PARA A  
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

CAROLINE FIGUEIREDO BELO, ARILTHON ROMULO CAVALCANTE CASIMIRO

**Resumo** - Este artigo apresenta os primeiros resultados de estudo em andamento, que tem por objetivo analisar a configuração universitária como ponte entre universidade e comunidade na formulação de políticas públicas efetivas. Para realizar a pesquisa, foram dados levantados pela Reitoria e pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB) acerca da atuação dos institutos e faculdades de extensão universitária. Os projetos e programas de ação contínua (PEACs) devem atender aos objetivos propostos pela Política de Extensão, a qual esclarece que a universidade tem o compromisso de ser instrumento de mudança social e deve atuar na busca pelo diálogo com a sociedade. A análise dos dados divulgados pelo Decanato de Extensão aponta para a importante atuação da UnB junto à comunidade do Distrito Federal e suscita diversas questões acerca da relevância dessa participação sob o olhar da comunidade.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Universidade Pública. Políticas Públicas.

**Abstract** - This article presents the first results of an ongoing study that aims to analyze the configuration of university extension as a bridge between university and community in the formulation of effective public policies. In order to carry out the research, the data collected by the Rector Dean of Extension of the University of Brasilia (UnB) about the performance of institutes and colleges in the area of university extension were analyzed. The projects and programs of continuous action (PEACs) must meet the objectives proposed by the National Extension Policy, which clarifies that the university is committed to be an instrument of social change and must act in the search for dialogue with society. The data released by the Extension Deanery points to the important performance of UnB in the community of the Federal District and raises questions about the relevance of this participation under the eyes of the community.

**Keywords:** University Extension. Public policy. Public university.

**Resumen** - Este artículo presenta los primeros resultados de estudio en curso, que tiene por objetivo analizar la configuración de la extensión universitaria como puente entre universidad y comunidad en la formulación de políticas públicas efectivas. Para realizar la investigación, se analizaron los datos levantados por la Rectoría y el Decanato de Extensión de la Universidad de Brasilia (UnB) acerca de la actuación de los institutos y facultades en el área de extensión universitaria. Los proyectos y programas de acción continua (PEACs) deben atender a los objetivos propuestos por la Política Nacional de Extensión, la cual aclara que la universidad tiene el compromiso de ser instrumento de cambio social y debe actuar en la búsqueda del diálogo con la sociedad. El análisis de los datos divulgados por el Decanato de Extensión apunta a la importante actuación de la UnB junto a la comunidad del DF y suscita diversas cuestiones acerca de la relevancia de esa participación bajo la mirada de la comunidad.

**Palabras clave:** Extensión Universitaria. Universidad Pública. Políticas públicas.

## 1 INTRODUÇÃO

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX define a Extensão Universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e estabelece uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade.” (1987, p.8). Por meio da Extensão, a universidade pública amplia seus horizontes e deixa de ser centrada em si mesma, para interagir em uma relação dialógica com a sociedade e com os diversos grupos sociais que a circundam.

A Política Nacional da Extensão Universitária foi divulgada pelo FORPROEX e tem por objetivo dar “materialidade ao compromisso das Universidades com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.” (2012, p.5) e ressalta que, no Brasil, ainda existem espaços em que a extensão universitária não foi normatizada ou ainda não é implementada.

A gestão da extensão universitária deve, portanto, “criar condições para a participação da Universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legal que acompanha e avalia a implantação das mesmas” (2012, p.6), conforme destaca a Política Nacional de Extensão.

O documento do Fórum dos Pró-Reitores orienta sobre a importância do engajamento entre universidade e comunidade e afirma que, para que, através do diálogo ético e socialmente responsável, a formação universitária seja capaz de contribuir positivamente com a sociedade que a circunda. Nesse sentido, é relevante considerar que sem a indissociabilidade entre pesquisa e extensão, a construção dos saberes na universidade se torna alienado e incapaz de produzir impactos e provocar mudanças sociais.

A Política Nacional de Extensão estabelece para as universidades públicas a diretriz de Impacto e Transformação Social, a qual reafirma que a Extensão é o mecanismo pelo qual se consolida a relação entre a universidade e a sociedade e que visa a gerar uma atuação transformadora, capaz de intervir positivamente nas necessidades da população.

Dessa forma, a análise dos objetivos e diretrizes para extensão universitária suscita os seguintes questionamentos: a Universidade de Brasília (UnB) tem atuado para se tornar sensível às demandas da maioria da população? A extensão universitária tem ocupado seu espaço político de transformação social e interação responsável com a comunidade? Até que grau de responsabilização da universidade pública como agente elaborador e tensionador de políticas públicas para a maioria da população?

Este artigo pretende, portanto, à luz dos eixos norteadores propostos pela Política Nacional de Extensão, realizar uma revisão bibliográfica acerca do caráter dialógico entre universidade e comunidade, por meio dos parâmetros estabelecidos para a extensão universitária, e da importância da universidade, como agente de transformação social, para que os objetivos traçados pela Política Nacional de Extensão sejam alcançados. Além disso, pretende apresentar dados de pesquisa em andamento sobre a atuação da Universidade de Brasília em projetos e programas de extensão universitária.

O trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte apresenta os conceitos de extensão universitária e sua relação entre comunidade e universidade. A segunda parte visa suscitar questões acerca da formação da comunidade e quem são os demandantes de políticas públicas. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos de pesquisa, que ainda está em andamento, os resultados e as considerações finais.

## **2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIÁLOGO ENTRE COMUNIDADE E UNIVERSIDADE PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

O papel das universidades e, em especial, das universidades públicas tem sido alvo de críticas. Silva (2008) questiona a função das universidades públicas e privadas. Para ele, as universidades privadas têm, principalmente, atender às demandas do mercado, enquanto a função precípua da universidade pública é o cumprimento de seu papel histórico e social de produção e compartilhamento do conhecimento.

Sem o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação universitária se constitui de uma realidade social e, conseqüentemente, alienada. Sob a análise da relevância social da universidade, se evidencia a necessidade de engajar comunidade e universidade para que, através do diálogo ético e responsável, seja elaborada uma política pública que impactem positivamente a sociedade e a universidade seja, portanto, capaz de promover transformação social.

Paulo Freire (1985, p.22) esclarece que a construção dos saberes se realiza por meio das relações entre o homem e o mundo, as quais se consolidam como relações de transformação através da problematização crítica dessa interação. Para ele, o conhecimento não pode ser construído quando se foca exclusivamente no docente, mas deve se estabelecer no meio do diálogo e da influência mútua.

Realizar a interação necessária entre educação e realidade ou universidade e comunidade é, assim, indispensável para viabilizar a construção de conhecimento adequado à realidade social, bem como para produzir ensino e pesquisa que gerem impacto social e transformação. Esse é, portanto, o papel da extensão universitária.

Os objetivos da extensão, conforme orienta Freire (1983, p.13), não podem ser reduzidos à ideia de estender um conhecimento pré-estabelecido. Para ele, há de se questionar até mesmo o conceito por trás da palavra “extensão”, pois esclarece que o saber acadêmico não deve se estender à sociedade, mas se constituir na relação dialógica. A ideia contida nas entrelinhas do vocábulo “extensão” seria a de iluminar, esclarecer, orientar e até normalizar uma parte do mundo, o outro, para torná-lo semelhante a si mesmo, ou seja, “domesticá-lo”.

Para o pensador brasileiro, não cabe, portanto, falar sobre persuasão, pois o outro não é um papel em branco. É um conjunto de idéias, ideologias e saberes que são tão complexos quanto aqueles que se estabelecem nos cursos das universidades. Segundo ele, a educação não envolve domesticação, mas, sim, se concretiza no diálogo entre os que sabem e os que pensam que nada sabem, pois todos sabem pouco e, juntos, podem saber mais. (FREIRE, 1983, p.13)

Outro papel que tem sido relegado à extensão universitária, mas não a cabe, é o de se estabelecer uma assistência assistencialista à população circunvizinha da universidade, como no caso das prestações de saúde e assistência

Conforme esclarecem Carbonari e Ferreira:

As atividades extensionistas foram muito criticadas pelo caráter assistencialista, pato domesticador de comunidades, que marcou a história da extensão no Brasil. Em universidades públicas também muito se criticou o fato das atividades surgirem para instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladora autonomia, muito burocratizada, submissa e descontínua. (CARBONARI; FERREIRA, 2007)

Nem o sentido de estender um conhecimento pronto à comunidade, nem o assistencialismo, atendem às diretrizes pelo FORPROEX para a extensão universitária. O objetivo primordial da extensão deve ser o diálogo com a comunidade para que a produção de conhecimento e a elaboração de políticas públicas sejam fundamentados, de fato, na realidade da maioria da população.

A extensão se configura, assim, como canal para a escuta qualificada da comunidade e, dessa forma, pela universidade, como principal produtora de conhecimento e pesquisa voltadas para a elaboração de políticas públicas que consiga compreender quais são os anseios e necessidades dos reais demandantes das ações do poder público.

A escuta qualificada dos demandantes de políticas públicas não pode se estabelecer através da imposição de métodos universitários, mas, deve se consolidar por meio do diálogo e da percepção sensível e engajada sobre a realidade da comunidade. É nesse sentido que Chonchol (1968, p.8) analisa os questionamentos de Freire acerca do conceito pela palavra “extensão”:

Ainda teria muito a acrescentar a este prólogo sobre a importância da crítica que Paulo Freire fez ao conceito de extensão como “invasão cultural”, como a atitude contrária ao diálogo que é uma autêntica educação. Como o conceito de dominação, que se encontra tão freqüente no âmago da concepção da educação tradicional, e como esta, em vez de libertar o indivíduo, escraviza-o, redu-lo a coisa, manipula-o, não permitindo que ele se afirme como pessoa como sujeito, que seja ator da história e se realize nesta ação fazendo-se verdadeiramente homem. (CHONCHOL, 1968, p. 8)

A constituição do sujeito como capaz de intervir em sua realidade e alterá-la é essencial para que a universidade seja canal de escuta e de produção conjunta, dialógica e socialmente responsável. É nesse mesmo sentido que o Conselho Nacional de Extensão elenca seus objetivos e traça para as universidades as diretrizes que possibilitem a integração entre comunidade e universidade.

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária participe para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção de uma comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Social atribui à Extensão Universitária um caráter essencialmente político. (FORPROEX, 2012, p.35)

O FORPROEX destaca, assim, o caráter “essencialmente político” da extensão universitária, o que nos leva a pensar em qual tem sido a atuação política da universidade pública e como ela tem criado mecanismos para que a comunidade seja ouvida no processo de produção de conhecimento e elaboração das políticas públicas que afetarão diretamente a vida dessas pessoas.

Nesse sentido, é relevante analisarmos a forma como se constituem as políticas públicas. Pierre Muller e Yves Sarrat (p.7) definem o termo política conceituando esfera política, atividade política e ação pública. O primeiro conceito se refere à diferença entre o mundo da política e a sociedade civil, o segundo trata da atividade político-partidária, enquanto o terceiro conceito designa “o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, o processo político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos.”.

É relevante que a análise das políticas públicas seja realizada a partir de uma visão globalizada e não setorializada, não há como dissociar a esfera política da ação pública. Muller e Surel (2002, p. 13) esclarecem que as políticas são amplas e podem ser estabelecidas tanto pelo fazer, como pelo não fazer, conforme definido por Howllet apud Surel: “tudo o que o governo decide fazer ou não fazer.”.

A política pública, assim, pode ser definida como a constituição de diretrizes, metas e objetivos, formulados em um normativo de ação (MULLER; SUREL, 2002, p.11). Além disso, a configuração de uma política pública deve se dar com a interferência e a transversalidade de diversos atores sociais.

Pensar a constituição das políticas públicas, por meio da atuação da universidade, perpassa, assim, a construção dos saberes e visa consolidar o papel da universidade como agente de transformação social. A extensão universitária estabelece, portanto, como canal de interligação entre comunidade e universidade, mais do que apenas dos demandantes de políticas públicas, a extensão deve possibilitar que esses atores sociais se empoderem como agentes de sua própria transformação.

Ricardo Henriques (2004, p.14), ex-secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, esclarece que é imperativa a construção do enfoque coletivo para que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se torne efetivo. Para ele, a aplicação desse princípio garante a legitimidade da universidade perante a comunidade, além de permitir que a universidade cumpra seu papel permanentemente a crítica sobre a realidade, ao mesmo tempo em que atua para transformá-la.

A extensão universitária se constitui, assim, como meio para que a universidade se torne capaz de estabelecer um projeto que gere impacto e transformação social, pois a integração dos estudantes, docentes e técnicos-administrativos com a sociedade possibilita que a universidade tenha acesso constante e direto às necessidades reais e urgentes da comunidade, gerando, assim, produção de conhecimento, pesquisa e ensino responsável, ético e socialmente engajado.

Pensar a extensão universitária é, portanto, estabelecer esse elo entre a universidade e a sociedade para proporcionar reflexão acerca da realidade, dar visibilidade aos demandantes das políticas públicas, bem como efetivar a universidade como transformadora da sociedade. Além disso, a extensão possibilita à universidade o conhecimento e o engajamento socialmente responsável que guiará a produção do aprendizado voltado para superação das desigualdades sociais.

Rossana Maria Souto Maior Serrano (2013) destaca o momento vivido pela extensão universitária nas universidades públicas do Brasil e esclarece que, apesar de as universidades brasileiras terem avançado na construção de “uma política pública a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático”, a consolidação da extensão universitária propôs o FORPROEX, ainda não é uma realidade em boa parte das universidades públicas brasileiras.

A Extensão Universitária vivencia um momento extremamente importante para sua consolidação, pois, além de ser um espaço para o fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensão universitária precisam das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmicas e articuladora da Universidade. Este não é um desafio pequeno visto que o Plano Nacional de Extensão está longe de ser uma realidade plena nas universidades brasileiras. (SERRANO, 2013, p. 6)

O Plano Nacional de Extensão Universitária destaca como agenda estratégica o objetivo de incorporar a extensão universitária no processo de avaliação da Educação Superior, segundo o documento, a concretização desse plano pretende produzir mudanças nas políticas, na organização e na gestão da Extensão Universitária.

É sabido, portanto, que é indispensável o papel da extensão universitária para que a universidade seja capaz de atender aos demandantes de políticas públicas e possa alcançar o objetivo de elaborar políticas públicas que sejam promotoras de transformação social. Para que possamos dar voz, e vez, à maioria da população, conforme orienta a Política Nacional de Extensão, é necessário conhecermos quem são esses demandantes das políticas públicas e quais são as razões pelas quais eles continuam excluídos do processo de produção de conhecimento sobre sua própria realidade, além de possibilitar a atuação direta sobre a elaboração das políticas públicas.

No próximo ítem, faremos, portanto, o esforço na tentativa de compreender quem são esses indivíduos e porque que eles sejam incluídos, cada vez mais, no processo de elaboração das políticas públicas.

### **3 DEMANDANTES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RECONHECIMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO**

A consolidação das diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão, em especial, no que se refere à com uma universidade pública que produz conhecimento crítico sobre a realidade que a circunda, ao mesmo tempo e para transformar essa realidade, depende da elaboração de políticas públicas que sejam construídas em conjunto com a comunidade.

A implementação de políticas públicas, que sejam efetivas na busca pela superação das desigualdades sociais é de fundamental importância, pois, de acordo com Azevedo (apud Filice 2011), “as políticas públicas são definidas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado”. Dessa forma, as ações conjugadas são formuladas, também, com base na forma como a comunidade interpreta e reage às ações de governo.

Boaventura de Souza Santos (2004, p. 53-54) orienta sobre a crescente importância da extensão universitária e que ela deve se estabelecer, cada vez mais, como um mecanismo para construção da coesão social e para a luta contra a exclusão social:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes), concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 53)

Essa análise da relevância da extensão universitária, como meio para construção do diálogo necessário entre a universidade e a comunidade, com vistas à elaboração de ações públicas transformadoras, assim como os aprendizados sobre a formulação das políticas públicas, nos leva novamente ao questionamento anteriormente feito: quem são os demandantes das políticas públicas?

A sociedade brasileira ganha destaque constantemente na mídia por estar entre os países com maior desigualdade social. São alarmantes os números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois, de acordo com o levantamento realizado em 2017, 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza.

Além disso, para compreendermos o questionamento realizado, é importante não incorrerem no erro da generalização da análise superficial da realidade. É preciso transpassar as primeiras impressões e compreender que a formação da sociedade brasileira se constitui de forma profundamente complexa.

Segundo a mesma pesquisa realizada pelo IBGE, as desigualdades se constituem, também, numa perspectiva interseccional, em gênero, raça e classe: as mulheres recebem, pelo mesmo trabalho, consideravelmente menos que os homens e os pretos e pardos correspondem ao maior número de desempregados, têm escolaridade menor, ganham menos e moram em situações precárias e começam a trabalhar mais cedo.

O Brasil se configura, assim, como um país de profunda e marcante desigualdade social e de renda, pois a renda da população que ganha mais tem a renda per capita equivalente a 18 vezes mais se comparada ao rendimento médio dos que ganham menos. Aníbal Quijano (2002, p. 117) analisa a formação das sociedades pós-coloniais e orienta como o Brasil, assim como Venezuela e Colômbia, por exemplo, são constituídos como países de tamanha desigualdade racial: essas são mazelas herdadas ainda pela colonização.

O pesquisador peruano esclarece que a criação da ideia de raça se estabeleceu justamente para justificar a exclusão de parte da população, baseada na cor da pele e nos traços fenotípicos desse grupo social. Além disso, Quijano esclarece que as configurações do poder colonial ainda se perpetuam nas sociedades pós-coloniais, segundo ele, “o modelo de

é hoje globalmente hegemônico pressupõe um elemento de colonialidade.” (QUIJANO, 2000, p. 533).

A reflexão sobre essa realidade desigual que assola nosso país nos direciona à pergunta sobre a educação, com criadora da possibilidade de emancipação e (re)construção das identidades dos sujeitos que dependem do públicos e são, portanto, os demandantes das políticas públicas. A questão é como a educação está se const nossa sociedade Como a educação pública, em especial, no âmbito das universidades públicas, tem se configurado agente transformadora dessa realidade

Ricardo Henriques (2004, p.15) esclarece que a educação está no centro da discussão sobre as desigualdade: que é, inclusive, utilizada para a perpetuação dessas desigualdades. Para ele, a forma iníqua de distribuição de educação é o principal fundamento para a perpetuação das desigualdades econômicas, sociais e, portanto, desigualdade educacional é, assim, parte fundante do processo de exclusão sociais que assola nosso país.

Apesar de ser um direito humano e dever ser, portanto, acessível a todos os indivíduos independentemente de orientação sexual, gênero ou qualquer tipo de diferenciação, a educação tem se consolidado como privilégio das tem se constituído através da perpetuação das desigualdades.

Filice (2011,p.127) destaca a importância dos movimentos sociais na busca pela igualdade material e no enfraquecimento através da luta pelas ações afirmativas que visem distribuição de renda, assim como reparação racial. A pr movimentos sociais tem exercido, assim, papel importante para o alcance de avanços nas políticas públicas de educação.

Dentre as lutas dos movimentos sociais e, nesse caso, em especial, do movimento negro, destacamos, a reafirmação política afirmativa de cotas para pretos e pardos que possibilitou o início, ainda que parco, da mudança das universidades públicas brasileiras. Além das cotas raciais, a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas) foi sancionada em 29 de 2012 e determina que seja realizada reserva de 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

A efetividade da política afirmativa de cotas, demandada pelos movimentos sociais, é demonstrada pela MENEZES, TACHIBANA e VILELA (2016, p.32), os quais realizaram pesquisa sobre a relevância do sistema de compreender se, após anos de implementação da política afirmativa, é possível concluir que as cotas têm direcionado as desigualdades de acesso à educação pública superior. Os pesquisadores concluem que:

A análise dos resultados obtidos sugere que o sistema de cotas não implicaria em uma redução da nota média dos ingressantes nas universidades federais. Em contrapartida, os percentuais de participação dos grupos contemplados seriam elevados para qualquer modalidade cumprindo os objetivos buscados por uma ação afirmativa desse tipo. (MENEZES, TACHIBANA e VILELA (2016, p.32)

Assim como as políticas de cotas raciais e sociais causaram positivo impacto na forma como se configura a universidade pública brasileira, é necessário, cada vez mais, dar voz e lugar para que os demandantes de políticas públicas tenham seus próprios espaços de fala e intervenham positivamente em sua própria realidade.

Filice (2017, p. 68) esclarece sobre a importância do diálogo na construção de um reconhecimento dos demandantes de políticas públicas e orienta que é necessário que haja a escuta e percepção real desses indivíduos por parte do Estado, segundo ela:

Tecer possibilidades de reconhecimento dialogado – e não verborragia demagógica – exige a escuta e a percepção real dos demandantes de políticas públicas por parte do Estado. Negros falam por si; homossexuais falam por si; índios e mulheres falam por si. Entretanto, ainda que em vigor a pergunta fulcral feita por Spivak: *pode o subalterno falar* E neste caso, apesar de o caso, a resposta tem sido independente da pergunta. Teoricamente sim, na prática não. (FILICE, 2017, p. 68)

A dúvida suscitada por Spivak apud Filice é a mesma que desejamos fazer e, apesar de concluirmos que o “subalterno pode falar”,

apenas pode, como deve falar e ser ouvido, é preciso que essa máxima saia do papel, ou da teoria, e se transforme em ação efetiva, propositiva e afirmativa do estado e dos atores envolvidos na elaboração das políticas no sentido de mudarem a realidade social.

O papel da extensão universitária na elaboração das políticas públicas é essencial, pois a produção de conhecimento socialmente engajado possibilita a visibilização de parcelas da sociedade que permanecem invisibilizadas. A extensão universitária, assim, deve ser estabelecida, cada vez mais, como ponte e canal para que os demandantes das políticas públicas possam dialogar com a academia.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo está sendo realizado com base na abordagem quali-quantitativa, pois pretende levantar dados sobre a execução e avaliação dos Projetos e Programas de Extensão Universitária (PEACs) da Universidade de Brasília, bem como analisar a percepção dos atores envolvidos no processo de elaboração, execução e avaliação dos PEACs.

A princípio, foi realizada revisão bibliográfica acerca do tema proposto, de forma a viabilizar a compreensão do problema em questão. Posteriormente, foram analisados dados sobre a atuação das faculdades e institutos da Universidade de Brasília na área de extensão, tendo em vista que o estudo pretende esclarecer a importância da extensão universitária para o estabelecimento do diálogo entre comunidade e universidade para elaboração de políticas públicas efetivas.

A análise documental para compreensão da atuação da UnB na área de extensão foi realizada a partir dos documentos: anuário estatístico da UnB -2017 (2012 – 2016), e catálogo de Programas e Projetos de Extensão (2012 – 2016) ambos disponibilizados pelo Decanato de Extensão da Universidade de Brasília.

Será dada continuidade ao estudo com a realização de pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista semiestruturada com docentes, discentes e comunidade que se constitui como público de interesse dos Programas de Extensão. A compreensão e análise dos dados serão realizadas a partir da abordagem descritiva da pesquisa qualitativa.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados que aqui serão apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla que ainda está em andamento. O objetivo do estudo é levantar dados acerca dos projetos e programas (PEACs) de extensão universitária da Universidade de Brasília (UnB), bem como analisar a percepção do público de interesse dos PEACs promovidos pela universidade.

Na Universidade de Brasília, de acordo com relatório produzido pelo Decanato de Extensão, no período de 2012 a 2016, estão em atividade trezentas e vinte e quatro ações (324), entre projetos e programas de ação contínua (PEACs) como Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Tecnologia e Cultura.

De acordo com anuário estatístico da UnB (2012 – 2016), no ano de 2016, mais de cento e noventa mil pessoas (docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa, participaram ou estiveram envolvidas nos projetos e programas de extensão universitária promovidos pela Universidade de Brasília.

A unidade da UnB que mais promoveu projetos e programas de extensão, em 2016, foi a Faculdade de Ceilândia tendo em atividade oitenta (80) PEACs. A FCE conta com seis cursos na área de Saúde: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional, além de cinco cursos de pós-graduação.

Considerando o recorte de raça, mil duzentos e cinquenta e um (1251) alunos de graduação da FCE se declararam pardos, o que a constitui como a terceira faculdade da UnB com mais alunos negros, atrás apenas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE, com mil trezentos e noventa e sete (1397) discentes autodeclarados pretos e pardos e da Faculdade de Tecnologia – FT, com mil quatrocentos e quarenta e dois (1442).

A importância da atuação da Universidade de Brasília junto à comunidade se destaca ainda mais em sua atuação administrativa como Ceilândia. A Cidade apresenta os maiores índices de violência no Distrito Federal, além de ter em seu território a segunda maior favela do país, o condomínio Sol Nascente, que conta com mais de 50 mil habitantes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade de Brasília tem realizado importantes ações de extensão universitária junto à comunidade Federal. A análise dos dados disponibilizados pelo Decanato de Extensão permite concluir que a área de Saúde é destacada nessa atuação, especialmente na Faculdade de Ceilândia (FCE). Apesar disso, faz-se necessário o aprofundamento do estudo para compreender a percepção da comunidade acerca das ações da universidade.

Além disso, é preciso analisar a percepção da comunidade sobre sua atuação como demandante de políticas públicas e a avaliação acerca da consecução dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão. Mais do que o conhecimento à comunidade, a extensão deve se consolidar, cada vez mais, como canal de comunicação entre a universidade e a comunidade.

Nesse sentido, é preciso ter em vista que as comunidades, plurais e diversas, que cercam a universidade anseiam pela concretização do diálogo proposto pela extensão universitária. Mais do que repassar um conhecimento, e, supostamente, acabado, é preciso que a universidade cumpra seu papel social de transformação da realidade.

O cumprimento dos objetivos propostos pela Política Nacional de Extensão é essencial na busca pelo diálogo entre a universidade e a comunidade, pois essa integração viabilizará a construção de políticas públicas socialmente responsáveis, além de dar voz aos que têm sido silenciados ao longo da história. Mais do que fazer da população de estudo, a universidade precisa dialogar com ela e deixar que ela assuma o protagonismo para a transformação da realidade.

## REFERÊNCIAS

CARBONARI, M.; PEREIRA, A. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. I Educação, Campinas, v. 10, n.10, p. 25, 2007.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. I Final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. I Nacional de Extensão. Manaus: 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, 7ª ed.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GARCIA FILICE, Renísia C. (2017) E, para e contra a Educação: problemáticas acerca do Direito da Criança e do Adolescente. Braga/Portugal: Universidade do Minho (no prelo).

GARCIA FILICE, Renísia C. Tecendo redes antirracistas. 2017. I Congresso Internacional em Direitos Humanos e Cidadania. Mesa IV Gênero e Raça e as Lutas Decoloniais dos Direitos Humanos e seus Desafios no Brasil e na América Latina.

HENRIQUES, Ricardo. O Papel da Extensão Universitária na nova Agenda de Inclusão Educacional e Social. I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 14-21, jul. 2004. ISSN 2358-0399. Disponível em: [http://www.abc.org.br/revista/2004/07/14-21-jul-2004](#). Acesso em junho de 2018.

KIRSCHBAUM, Charles e FILHO, Naercio Menezes. Educação e desigualdade no Brasil. In: Trajetória das Desigualdades. Edição: Unesp, Editores: Marta Arretche, pp.109–132.

MULLER, P.; SUREL, Y. A Análise das Políticas. Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

OLIVEIRA, NIELMAR. IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>. Acesso em 5 de junho de 2018.

QUIJANO, ANÍBAL. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. (Buenos Aires: CLACSO Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/revistas/revista\\_10/qui\\_jano.htm](#).

SANTOS, B. S. A Universidade no século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: [http://www.abc.org.br/revista/2018/05/18-20-maio-2018](#). Acesso em 20 de maio de 2018.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estud. av.**, São Pa n. 42, p. 295-304, Aug. 2001 . Disponível em: . Acesso em 22 de maio de 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Anuário Estatístico da UnB 2017. Brasília: 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Catálogo de Programas e Projetos de Extensão (2016-2018). Brasília: 2018.

VILELA, LARA; MENEZES-FILHO, NARCIO; TACHIBANA, THIAGO. As Cotas nas Universidades Públicas D Qualidade dos Alunos Selecionados Simulações com dados do ENEM. Disponível em: .Acesso em 30 de maio de